



# Ucrânia na hora das decisões

## Análise



### Pedro Ponte e Sousa

Os últimos meses confirmaram a inviabilidade da solução militar para a guerra na Ucrânia. A contra-ofensiva que nunca se materializou desaguou num impasse militar que dura há meses e sem fim à vista. As várias “armas milagrosas” fornecidas pelo Ocidente (Leopard, Abrams, bombas de fragmentação, entre outras) garantiam mudar o curso da guerra e dar uma vitória certa e rápida à Ucrânia, e a mesma retórica assenta agora na chegada dos F16 como meio para domínio dos ares. A pressão política para a solução do conflito não teve melhores resultados. As dezenas de pacotes de sanções económicas contra a Rússia, com impacto económico moderado, nunca se aproximaram do seu objectivo: levar a uma alteração da política na Rússia, aumentar os custos da guerra para tornar a retirada russa inevitável.

O contexto político e militar para a Ucrânia tem-se deteriorado. Na última semana, o primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, lembrou os riscos de uma Terceira Guerra Mundial com a eventual entrada da Ucrânia para a NATO, enfatizando a necessidade de diplomacia e negociação para minimizar problemas de segurança futuros, considerando as preocupações da Rússia. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Suíça, no World Economic Forum, referiu-se igualmente à necessidade de incluir as preocupações da Rússia na solução político-diplomática a produzir. A Ucrânia recebe cada vez menos munições, porque a “fonte do Ocidente está a secar”, tendo esgotado os seus arsenais, e agravada pela nova conflitualidade internacional, nomeadamente no Médio Oriente (AXIOS, *U.S. to send Israel artillery shells initially destined for Ukraine*, 19/Out./2023).

No terreno, a Ucrânia está obrigada a regressar ao reforço da aptidão defensiva, pela escassez de capacidades militares empregues até ao limite. A subvalorização das capacidades do adversário e a sobrevalorização das próprias, quer pela subjectiva avaliação da “moral”, quer pela expectativa das “armas milagrosas” e de um rápido, amplo e sistemático apoio militar internacional, levaram a um excesso de optimismo que, entretanto, criou frustração a nível interno e internacional.

Afigurando-se impossível que a Ucrânia, a curto e médio prazo, recupere os territórios ocupados, as suas acções têm procurado elementos de espectacularidade, como ataques a infra-estruturas energéticas ou militares dentro da Rússia, com grande visibilidade mediática e que poderão aumentar a moral ucraniana, mas sem impacto relevante.

Este desencontro entre as promessas da elite política ucraniana e a realidade do terreno tem produzido contestação interna, a “hora da dúvida” como lhe chamou o *Courrier International* (Zelensky, *L'heure du doute*, 7/Dez./2023) – notória nas palavras do chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Valeriy Zalouzhny, e nas reacções da própria população, como atesta o número de fugas à conscrição militar (BBC, *Swimming rivers and faking illness to escape Ukraine's draft*, 27/Set./2023). Ao mesmo tempo, Kiev procura mobilizar mais 500.000 soldados este ano, enquanto é aparente a fadiga internacional entre os seus aliados, com impasses sucessivos em novos pacotes de ajuda europeus e americanos.

O número de mortos e feridos da iniciativa militar dos últimos nove meses, a destruição e o sofrimento causados, sem qualquer ganho no terreno, sem sequer uma melhoria das condições da Ucrânia na mesa negocial, só podem levar a elite política e militar da Ucrânia a fazer uma avaliação dos custos e dos ganhos obtidos, e a perguntar-se: valeu a pena?

O impasse no terreno favorece as oportunidades para a diplomacia e negociação, mas estas estão limitadas pela ideia de ganhos futuros, para a Ucrânia com a chegada dos F16, e pelo papel de actores internacionais na facilitação e na promoção da diplomacia e negociação.

As promessas da Administração



Biden, quer por pressão política quer por mudança de posição, poderão esboçar-se. A política interna nos EUA tem pressionado para a redução da ajuda económica e militar à Ucrânia, e é provável que as eleições presidenciais acentuem essas pressões. Não é apenas entre republicanos que tal se observa; o Político (*The Biden Administration Is Quietly Shifting Its Strategy in Ukraine*, 27/Dez./2023) reportou há um mês que “a Administração Biden e os funcionários europeus estão a mudar discretamente o seu foco de apoio ao objectivo da Ucrânia de vitória total sobre a Rússia para melhorar a sua posição numa eventual negociação para acabar com a guerra (...)”. Uma tal negociação implicaria provavelmente a cedência de partes da Ucrânia à Rússia”. Tal é o contrário do que a Administração Biden tem prometido durante meses, mas é o que há muito tempo qualquer análise séria antecipava como possível. Se nunca se esperou que a Ucrânia conseguisse expulsar militarmente as tropas russas, para que serviram as rejeições à diplomacia e negociação, quer antes, quer nos primeiros meses desta guerra?

Falta também compreender se a União Europeia está disposta a regressar ao seu papel histórico fundamental de promoção da mediação e resolução de conflitos, que lhe deu um palco internacional ímpar e para lá da dimensão de bloco económico, ou se pretende perpetuar um papel de parceiro júnior da superpotência sem posição própria, num quadro de crescente Guerra Fria 2.0, em conflitos que só enfraquecem o seu poder (veja-se a desindustrialização da Alemanha como exemplo) e a sua posição internacional, algo que eternizará a tensão com o seu eterno vizinho russo, e poderá arrastá-la para comportamentos internacionais que não são os seus nem se alinham com os interesses europeus. A necessidade de evitar a continuação e um alastramento da guerra Ucrânia-Rússia, a obrigatoriedade de encontrar um *modus vivendi* entre Europa e Rússia, a fragilidade económica europeia e a necessidade de regressar aos interesses europeus tornam imperativa uma nova estratégia europeia para a guerra, para as relações com a Rússia, e uma política externa europeia centrada nos seus interesses estratégicos e não nos de terceiros.

**Universidade Portucalense e Instituto Português de Relações Internacionais**